

HERÓI OU DEMÔNIO? AS IMAGENS CONTRASTANTES VEICULADAS PELA IMPRENSA SOBRE O MARECHAL CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON (1910-1914)

Hero or demon? Contrasting images conveyed by the press about marshal Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1910-1914)

Jérri Roberto
MARIN

 jerri.marin@ufms.br

Universidade Federal de Mato
Grosso do Sul,
Pioneiros, MS, Brasil

RESUMO

O presente artigo analisa as representações de Cândido Mariano da Silva Rondon veiculadas pela imprensa, inserindo-as no contexto de uma disputa entre o Serviço de Proteção ao Índio e a Igreja Católica pelo controle da administração das populações indígenas, pela obtenção de recursos estatais e pela legitimação pública de seus projetos. No centro dessa controvérsia figuravam Rondon, defensor de uma política indigenista laica, orientada pelos princípios do positivismo, e o padre salesiano Antonio Malan, representante dos interesses da catequese religiosa e da ação missionária católica. Ambos encarnavam projetos antagônicos de República: de um lado, a valorização da laicidade e da secularização; de outro, a defesa dos valores religiosos tradicionais e a rejeição aos chamados “erros modernos”. Essas tensões foram amplificadas pela imprensa, que politizou o debate conforme suas orientações ideológicas e interesses econômicos. Nesse cenário, Rondon tornou-se alvo de uma intensa campanha de delegitimação, sendo atacado tanto em sua atuação pública quanto em sua vida pessoal, e retratado como adversário da religião católica e das tradições nacionais.

Palavras-chave: Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon; Serviço de Proteção ao Índio; Igreja Católica; imprensa.

ABSTRACT

This article examines the representations of Cândido Mariano da Silva Rondon disseminated by the press, situating them within the context of a dispute between the Indian Protection Service and the Catholic Church over the control of indigenous populations, access to state resources, and the public legitimisation of their respective projects. At the heart of this controversy were Rondon, a proponent of a secular indigenist policy guided by positivist principles, and the Salesian priest Antonio Malan, a representative of religious catechesis and Catholic missionary efforts. Both embodied opposing visions of the Republic: on one side, the promotion of secularism and the separation of Church and State; on the other, the defence of traditional religious values and the rejection of so-called “modern errors”. These tensions were amplified by the press, which politicized the debate according to its ideological leanings and economic interests. Within this context, Rondon became the target of an intense campaign of delegitimation, facing attacks on both his public actions and private life, and being portrayed as an enemy of the Catholic faith and of national traditions.

Keywords: Marshal Cândido Mariano da Silva Rondon; Indian Protection Service; Catholic Church; press.

Este artigo analisa as imagens construídas pela imprensa em torno de Cândido Mariano da Silva Rondon, no período de 1910 a 1914, quando se intensificou a disputa entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro pela tutela e administração das populações indígenas, bem como pelo acesso a verbas governamentais. Esses embates repercutiram amplamente na imprensa periódica, que passou a politizar a questão indígena e a adotar posicionamentos distintos, em consonância com seus respectivos perfis político-ideológicos. Neste trabalho, serão detalhados os embates entre a imprensa – problematizando as narrativas jornalísticas sobre os acontecimentos, examinando as motivações que impulsionaram sua divulgação e identificando os interesses subjacentes a essa cobertura. Os jornais, entendidos como “projetos coletivos” que articulam pessoas, ideias, linhas editoriais, crenças, valores, e interesses políticos e econômicos, desempenharam papel central nesse processo (Luca, 2018, p. 139-140).

No centro dessas controvérsias, em campos opostos, estavam Rondon, diretor do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), e o padre salesiano Antonio Malan, diretor das missões salesianas no estado de Mato Grosso. Como antagonistas, ambos representavam modelos divergentes de administração indígena, de catequese, de organização republicana e de relação entre Estado e Igreja. A disputa entre esses projetos refletia um embate mais amplo entre diferentes visões de modernidade e de nação. De um lado, situavam-se os setores positivistas e liberais, defensores da laicização do Estado, da catequese laica e da secularização, que também colocavam em questão os rumos do projeto republicano, a construção da identidade nacional e os dilemas do processo civilizatório brasileiro. De outro lado, posicionava-se a hierarquia eclesiástica, que se opunha aos chamados “erros modernos”, como o liberalismo, a maçonaria, o laicismo, o positivismo, a secularização e o cientificismo, e defendia a continuidade das missões católicas com financiamento estatal. Essas tensões extrapolaram o âmbito religioso e político, manifestando-se em diversas esferas da vida pública, como a imprensa, o parlamento e a sociedade brasileira.

A partir do início do século XX, o jornalismo brasileiro passou por um processo de profissionalização e modernização: os periódicos deixaram de ter um caráter artesanal e amador para se tornarem empresas estruturadas, com editorias especializadas e diversidade temática. Um traço marcante desse período foi a presença crescente de textos opinativos, de forte conteúdo político, impulsionados por um contexto social e institucional que favorecia a intervenção pública e o engajamento nos debates sobre os rumos da República (Bacellar, 2008, p. 22). Nesse sentido, as reportagens atuavam como porta-vozes de diferentes grupos e instituições, defensores de distintas concepções de nação, Estado, liberdade, cidadania, participação política e economia. Tais ideias eram apropriadas conforme os interesses políticos e econômicos de cada conjuntura histórica. Segundo Sodré (1999, p. 331-332), a linguagem da imprensa política nas primeiras décadas do século XX era “violentíssima”, promovia classificações morais, dividindo os sujeitos entre “bons” e “maus”, e personalizava os debates, muitas vezes com o objetivo de atingir reputações em nome de uma pretensa moralização pública.

A trajetória pública de Rondon tem sido amplamente abordada, tanto por obras de cunho celebrativo, mítico e patriótico quanto por uma sólida produção acadêmica. Pesquisas analisaram diversos aspectos de sua atuação, incluindo a construção de infraestrutura de comunicações (Maciel, 1988), a política indigenista (Gagliardi, 1989; Lima, 1995; Freire, 2009), os registros imagéticos (Lasmar, 2008), as incidências de doenças (Diacon, 2006; Caser, 2009), além das atividades científicas e da produção de conhecimento gerada pelas expedições (Kury; Sá, 2017; Sá, Sá, Lima, 2008), entre outros temas. Apesar da abrangência dessa historiografia, as críticas direcionadas tanto aos projetos por ele liderados quanto à sua atuação pessoal nem sempre receberam a devida atenção. Embora suas realizações

integrarem a memória nacional e de ser frequentemente lembrado como um herói, Rondon jamais foi uma figura consensual, suscitando tanto elogios quanto questionamentos.

Rondon: celebrações e críticas

Em 1900, foi instituída a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas ligando Mato Grosso a Goiás, sob a liderança de Rondon. As atividades da comissão foram finalizadas em 1906. A ocupação das fronteiras e dos chamados “espaços vazios” tinha como objetivos estratégicos tanto o impulso ao desenvolvimento econômico quanto a garantia da soberania nacional. Para isso, o Estado lançava mão de tecnologias, promovia o povoamento dessas regiões e incorporava os povos indígenas como força de trabalho no projeto de construção da nação. Em 1907, Rondon passou a chefiar a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas, que ligava Mato Grosso ao Amazonas, função que exerceu até 1915. Embora extinta oficialmente nesse mesmo ano, a referida entidade permaneceu ativa como estrutura burocrática até 1930 (Maciel, 1998, p. 163). A importância estratégica e a projeção pública da missão levaram, posteriormente, à sua renomeação em homenagem ao comandante, passando a ser chamada de Comissão Rondon (Lima, 2013).

Na década de 1910, Rondon já havia granjeado grande reputação pelas explorações e pelos empreendimentos que realizara, quando instalou milhares de quilômetros de linhas telegráficas, mapeou regiões inexploradas do território brasileiro, construiu estradas, contatou inúmeras etnias indígenas e fundou aldeamentos. Adicionalmente, realizou levantamentos etnográficos, topográficos e hidrográficos e dedicou-se à coleta de espécimes minerais, bem como de exemplares da fauna e da flora brasileiras. Em 20 de junho de 1910, através do Decreto nº 8.072, foi criado o *Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais* (SPILTN, após 1918 apenas SPI), um órgão público para proteger, civilizar e integrar os indígenas à sociedade, Rondon tornou-se seu primeiro diretor. No início do século XX passou a ser reconhecido como um herói nacional pelo seu empenho e sacrifício em prol da solução dos problemas nacionais, sobretudo a pacificação dos “índios bravios”. Era visto como tenaz, estoico, corajoso, intrépido, altruísta, bondoso, modesto, desbravador, novo bandeirante, militar e esposo exemplar e abnegado patriota. A atuação junto aos indígenas difundia sua imagem de pacificador e civilizador, à semelhança de Manoel da Nóbrega, José de Anchieta e José Bonifácio de Andrada e Silva, sendo visto como o continuador de seus trabalhos (Expedição..., 1910, p. 3).¹

Em Mato Grosso, Rondon era exaltado como uma figura ilustre e enaltecido como um verdadeiro herói. Em 1910, foi condecorado com uma medalha de ouro, concedida pela Associação dos Empregados do Comércio de Cuiabá, como demonstração de admiração e reconhecimento pelos serviços prestados ao Mato Grosso e ao Brasil. A travessia que realizou, em 1909, pelos rios Juruena e Madeira, foi classificada como um dos maiores feitos da história, sendo antecedido apenas, em 1541, por Alonso Nunes Cabeza de Vaca e, em 1718, por Pascoal Moreira Cabral (Expedição..., 1910, p. 3). Em 1911, foi reconhecido por seu esforço, dignidade, desprendimento, profundo altruísmo e humildade, tornando-se merecedor da admiração e homenagem de todos os brasileiros. Rondon figurava entre os heróis mais ilustres de Mato Grosso, ao lado de Augusto Leverger e Pimenta Bueno, e um típico representante da raça mato-grossense, caracterizado por sua inteligência, disciplina, impavidez, robustez física, resistência às adversidades, virilidade e plena adaptação ao ambiente geográfico. Além de atributos físicos, destacava-se por suas virtudes morais, como ânimo e coragem, que lhe permitiam enfrentar grandes distâncias, perigos e privações. Essas características eram atribuídas à sua herança racial mestiça, percebida de forma positiva e até superior, como descendente dos bandeirantes paulistas (Coronel..., 1911, p. 3-4).

No entanto, não havia na sociedade brasileira uma unanimidade em torno das pautas de Rondon e do SPI. Rondon era criticado por Hermann Von Ihering, diretor do Museu Paulista, para quem os indígenas seriam obstáculos ao desenvolvimento nacional e, como decorrência, os brancos deveriam ser protegidos dos ardilosos indígenas que perturbavam o avanço do progresso e da civilização. Diante disso, opunha-se a sua pacificação, considerando os métodos de Rondon como fraternais, falsos, extravagantes e anticientíficos (Ihering, 1907; 1911, p. 125-126). Esses ideais eram apoiados por empresários, seringueiros, madeireiros, proprietários rurais, pecuaristas e garimpeiros.

A construção da linha telegráfica que conectava Mato Grosso ao Amazonas também suscitava manifestações contrárias. Desde 1909, com a morte de Afonso Pena, o novo ministro da Indústria, José Joaquim Seabra, manifestava a intenção de extinguir o projeto. Na Câmara dos Deputados, opositores impunham obstáculos à aprovação de recursos adicionais. Paralelamente, a imprensa contrária ao governo, sediada na capital federal, denunciava as condições precárias enfrentadas por civis e praças – como marchas diárias de 24 a 30 km carregando 40 kg nas costas, muitas vezes descalços e sem qualquer proteção contra o sol ou a chuva. Criticavam-se, ainda, a disciplina rigorosa, o desconhecimento do paradeiro dos envolvidos por parte de suas famílias e a elevada mortalidade atribuída à fome, doenças, punições, ataques indígenas e maus-tratos. Também os gastos crescentes e os sucessivos pedidos de suplementação orçamentária eram alvo de reprovação, especialmente por se tratar de um projeto considerado obsoleto e não prioritário (Maciel, 1998, p. 27, 134–144).

Rondon refutava as críticas dirigidas às Comissões ao argumentar que seus opositores desconheciam os verdadeiros objetivos do governo com a implantação das linhas telegráficas, que iam além da simples agilidade na comunicação. Segundo ele, tratava-se de um projeto estratégico de ocupação, integração e desenvolvimento dos territórios fronteiriços, bem como de “civilização dos sertões”, inspirado na política expansionista e integracionista dos Estados Unidos (Maciel, 1998, p. 164). Nesse sentido, Rondon exaltava os avanços técnicos e científicos promovidos pelas Comissões, como o mapeamento de vastas áreas do território nacional, a instalação de infraestrutura telegráfica e o estabelecimento de contato com as populações indígenas, com vistas à sua futura integração à sociedade nacional.

As objeções ao SPI e a Rondon intensificaram-se após a morte de Manoel Felix Valoar Velho, um seringueiro de Mato Grosso, em fevereiro de 1910, causada pelos índios Cajabis. Questionavam-se o sentimentalismo, o altruísmo, a generosidade e o pacifismo das políticas indigenistas, que não levavam em consideração as vidas dos seringueiros e suas contribuições para o progresso e a civilização dos sertões. Rondon era rejeitado por envolver-se na campanha pela criação do SPI, pelos altos custos orçamentários da implantação das linhas telegráficas e do SPI, pelos métodos pacifistas da catequese laica, por suas convicções ideológicas e pela implementação de tecnologias ultrapassadas, pois a radiotelegrafia dispensava a necessidade de cabeamento. Os editores do *Jornal do Commercio*, publicado no Rio de Janeiro, posicionavam-se contra a ortodoxia positivista e os militares que pretendiam exceder a atuação dos religiosos. Eles defendiam que o Estado deveria se preocupar com os problemas nacionais e com o progresso do país em vez excluir a participação da Igreja Católica e sancionar o sectarismo positivista, desviando-se da laicidade (Finanças..., 1910, p. 5).

Em 1911, Rondon inspecionou três missões salesianas de Mato Grosso². Porém, a partir de suas observações, dos testemunhos de indígenas, de telegrafistas e de um “mestre oleiro”, constatou diversas irregularidades nos métodos de catequese, como a separação das crianças de seus pais, a imposição de trabalhos exaustivos às mulheres, a cobrança por itens como machados e cobertores, a falta de distribuição de lotes de terras e a

manutenção de moradias sem as condições básicas de higiene e conforto. Ele observou a falta de plantações, a insuficiência de alimentos e roupas, a proliferação de doenças sem tratamento adequado, a separação das crianças de seus pais nos internatos, realizada sem o consentimento destes e a prática de alugar indígenas a fazendeiros. Rondon ainda mencionou a violência no trato dos indígenas, a presença de armas e a apropriação indevida de terras indígenas pelos salesianos, que as registravam em nome da congregação religiosa. Rondon posicionava-se contra a apropriação das terras indígenas por não indígenas, bem como condenava o uso da mão de obra indígena nas fazendas administradas pelos salesianos sem a devida remuneração, prática que contribuía para o enriquecimento da congregação. Averiguou também a prática de castigos corporais aplicados pelo padre Salveto (palmatória, murros, pontapés, tiros de carabina) e a recusa dos salesianos em vender produtos agrícolas aos telegrafistas, considerados desafetos, além de cobrarem preços exorbitantes. Ressaltou, ainda, que os padres violavam o princípio da liberdade religiosa, garantida pela Constituição, ao obrigá-los a assistirem aos rituais religiosos que os indígenas não compreendiam e pelos quais, por isso, tinham “repugnância” e não estimavam (Pelos Indios..., 1912, p. 2).³ Na Colônia Sagrado Coração, advertiu os religiosos sobre a necessidade de preservar seus hábitos “fetichistas” (D. S. A..., 1913, p. 3). Ele via a civilização dos indígenas como um processo de longo prazo, que deveria respeitar os hábitos e práticas culturais dos nativos, evitando rupturas bruscas. Segundo Montero (2017, p. 215, 219), Rondon “preferia exaltar no índio as suas qualidades guerreiras” que os tornavam aptos à defesa das fronteiras internacionais.

Rondon, nas conversas com Malan e nos depoimentos nos livros dos visitantes das missões, reforçou a importância de realizar reformas, a fim de que fossem respeitados os direitos e as dignidades dos povos indígenas, além de orientar os missionários a adotarem posturas de “tolerância e relativismo” ao conduzir o processo de civilização. Entre as melhorias, destacavam-se a formação dos indígenas em diversos ofícios, a alfabetização das crianças e a proteção da comunidade contra conflitos com os “civilizados”. Rondon informou Malan de que comunicaria ao governo todas as irregularidades que havia identificado. Além disso, explicou que havia diferenças irreconciliáveis entre a catequese laica e a religiosa, ressaltando que cabia ao SPI a responsabilidade de fiscalizar as missões salesianas. Por fim, fez alguns elogios para “reanimar” os religiosos, cujos ânimos ficaram abalados (Pelos Indios..., 1912, p. 2).

O jornal católico *A Cruz*, de Cuiabá, publicou exclusivamente os elogios feitos por Rondon às missões, que ele descrevia como “oásis no sertão”, graças à “direção inteligente, honesta e, sobretudo, moralizada” dos padres (Dr. Candido..., 1911, p. 1-2). Rondon foi homenageado pelos editores e, para agradecer a homenagem, realizou uma visita de cortesia à redação. Ele foi retratado como um “arrojado explorador dos nossos sertões bravios e [um] trabalhador infatigável que tantos serviços tem prestado á Patria” (Honrosa..., 1911, p. 3). No Rio de Janeiro, o jornal *Correio da Manhã* divulgou as impressões elogiosas de Rondon sobre as missões, ressaltando ainda que os salesianos e o padre Malan haviam sido parabenizados pelo ministro da Agricultura, Pedro Manuel de Toledo, pela pacificação dos indígenas Caiapó (Notas..., 1911a, p. 5; Notas..., 1911b, p. 1). O *Jornal do Commercio* noticiou a inspeção destacando as congratulações com ressalvas, expressando esperança de melhorias. A reportagem destacou os diversos problemas elencados por Rondon: embora existisse uma carpintaria, não havia produção visível, e as plantações eram aproveitadas exclusivamente pelos religiosos. Os indígenas viviam em condições precárias e insalubres, alojados em ranchos de palha e em casebres com quintais pequenos, dormindo no chão e indispondo de utensílios adequados para se alimentar. Eles usavam roupas limpas apenas em sua presença e recebiam alimentos em quantidade insuficiente. A alta incidência de doenças

oculares e bichos de pé foi atribuída à falta de higiene e medidas sanitárias, e o médico Murillo, que acompanhava a inspeção, prestou assistência e orientações (Varias..., 1911, p. 5). Um relatório do Ministério da Agricultura de 1912 destacou diversas falhas na catequese salesiana, alinhando-se às críticas apresentadas por Rondon (Bandeira, 1919, p. 58-59).

As disputas pela gestão e tutela das populações indígenas

Em 1912, o jornal *A Notícia*, editado em Cuiabá, publicou uma denúncia do desvio de verbas públicas destinadas aos indígenas pelos salesianos, entre elas a subvenção do governo federal no valor de 50:000\$000. Com isso, a congregação religiosa enriquecia em detrimento dos indígenas (Malan..., 1912). A questão rapidamente ganhou repercussão nacional, sendo debatida e polemizada pela imprensa, especialmente no Rio de Janeiro e em Cuiabá, e trouxe ao público o embate sobre a tutela e a gestão indígena entre a Igreja Católica e o SPI.

Segundo Sodré (1999, p. 332, 334), no Rio de Janeiro, dois jornais polarizavam as correntes de opinião: *O Paiz*, defensor do governo (devido a “cobertura dos cofres públicos”), e *Correio da Manhã*, que liderava a oposição. Os articulistas do jornal *O Paiz* manifestaram indignação quanto às subvenções destinadas às missões religiosas, classificando-as como ilegais por violarem a Constituição e os princípios republicanos. Argumentavam que os recursos públicos, que totalizavam 294:900\$, enfraqueciam a atuação do SPI, especialmente por continuarem sendo concedidos mesmo após a criação do órgão, cuja missão era projetar uma imagem civilizada do Brasil no cenário internacional. Para eles, a catequese salesiana era ineficaz, atuava entre indígenas já pacificados e desviava verbas que deveriam ser aplicadas em políticas estatais laicas. Denunciavam a contradição de um Estado laico financiar atividades religiosas e questionavam a coexistência de duas políticas de catequese, incompatíveis com o ideal republicano de moralidade e separação entre Igreja e Estado. Diante desse cenário, recorriam aos ideais de integridade do regime republicano e à valorização da moral pública (Uma Mystificação..., 1912, p. 3).

As tensões se radicalizaram após a publicação, em vários jornais do país, do conteúdo de um telegrama privado de Rondon a Pedro de Toledo, ministro da Agricultura, de 17 de julho de 1911, no qual informava sobre as irregularidades nas missões salesianas. A divulgação foi uma resposta da direção do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) e do SPI, especialmente de Manoel Tavares da Costa Miranda, às críticas de alguns jornais dirigidas a Rondon e à política indigenista. Nesse cenário, novas acusações foram levantadas contra os salesianos, incluindo a grave denúncia de que padres da missão de Barreiros teriam cometido “crime de assassinato” ao dispararem tiros de carabina contra dois indígenas que pescavam, com o objetivo de forçá-los a trabalhar nas lavouras. Essa conduta foi vista como uma forma disfarçada de escravidão (A Protecção..., 1912, p. 1-2). A acusação foi investigada pela polícia e, embora tenha sido comprovada a inocência dos padres, a absolvição não recebeu destaque na imprensa.

Rondon e Malan estavam no centro das atenções, com suas vidas públicas e privadas expostas ao escrutínio. A polarização girava em torno da defesa ou da destruição de suas reputações. Para enfraquecer e deslegitimar seus adversários, os jornais lançaram mão de diversos recursos, como a sátira, o humor, a ironia, a desqualificação moral e ideológica, além da exposição mordaz de aspectos da vida pública e privada. A imprensa polemizou e manejou as oposições entre as catequeses laica e católica como uma estratégia de interesse e poder, alinhando seus posicionamentos aos interesses comerciais dos proprietários ou diretores dos jornais e suas posições políticas em relação ao governo. As críticas ao padre Malan estavam associadas à defesa do regime republicano, do Estado laico, da separação dos poderes, da moral pública e do SPI.

Segundo o núncio apostólico Giuseppe Aversa as denúncias tiveram grande repercussão no meio político e na opinião pública. Ele acreditava que a “grande publicidade nos jornais da capital” se devia à ação orquestrada por Rondon, pelo SPI e pelo MAIC com o objetivo de promover a “descristianização do Brasil” (Aversa..., 1912a). A participação de maçons e positivistas no governo e, sobretudo, no MAIC, foi vista como funesta e tenebrosa, pois pretendiam excluir a participação da Igreja Católica. Rondon tornou-se a personificação dos principais adversários a serem combatidos pela Igreja Católica, pois seria um agente do satanás. Suas acusações foram consideradas “infames e ignominiosas” e motivadas pelo fato de Rondon ser um “desequilibrado e fanático”, que caluniava por estar iludido quanto à superioridade da catequese laica. Por essas razões, Rondon e Toledo seriam inimigos da Igreja Católica, por incitarem o ódio ao catolicismo, a Malan e às missões salesianas (Aversa..., 1912b; Aversa..., 1912c). Era um confronto entre as forças do bem e do mal.

Aversa procurou intervir no rumo dos acontecimentos organizando uma ofensiva para defender a catequese religiosa, as missões salesianas e a participação da Igreja Católica junto aos indígenas (Del Val..., 1912). A investida envolveu os padres salesianos, a imprensa, políticos e intelectuais católicos e de instituições católicas (Centro da Boa Imprensa, Liga Social Católica Brasileira). Deputados católicos apresentaram projetos de lei e proferiram discursos defendendo Malan, e a imprensa católica contestou os argumentos de Rondon, desqualificando-os como sem comprovação. Segundo Malan (1912), as missões salesianas foram alvo de uma campanha considerada injusta, “odiosa”, “mesquinha e inglória”, conduzida por “seitas” de orientação positivista e maçônica. Para restabelecer a “verdade” e a “justiça”, ele apresentava à imprensa documentos oficiais, dados estatísticos e relatórios para rebater as acusações.

Rondon: de herói a vilão

A imprensa católica e oposicionista ao governo passou a defender sistematicamente os salesianos, o padre Malan e a catequese católica, ao mesmo tempo em que atacava o positivismo, a maçonaria e a laicidade do Estado. As reportagens buscavam desqualificar e desmoralizar tanto a figura pública quanto a vida privada de Rondon. Sua trajetória foi duramente atacada, comprometendo sua imagem de herói militar, positivista, homem íntegro, honrado e pacificador dos indígenas. De exemplo para as futuras gerações e orgulho nacional, ele passou a ser retratado como um vilão, uma ameaça à nação, por seu suposto objetivo de enfraquecer a Igreja Católica.

Os editores do jornal *A Cruz*, ligado à arquidiocese de Cuiabá, protestavam contra a divulgação de notícias negativas sobre as missões salesianas, questionando se essas informações eram oficiais, oficiosas ou fruto de sectarismo. Na ofensiva, publicaram 21 artigos, nos quais foram transcritos fragmentos do telegrama, que foram comparados com os registros deixados por Rondon nos livros dos visitantes das missões salesianas. Os objetivos da reportagem eram interpretá-los e dissecá-los, mostrando suas incoerências, omissões e intenções com a mesma “incerteza e aversão do médico ao dissecar um cadáver que por ventura suspeitara ser o de um nobre amigo”. Rondon era acusado de agir de forma desleal e contraditória. As declarações elogiosas e gentilezas de Rondon na presença de Malan e, posteriormente, tornando públicas as críticas, evidenciavam que era um homem falso, insidioso, ardiloso, “mentiroso”, que atuava com dolo, ao ocultar suas intenções, isto é, erradicar a presença da Igreja Católica junto às populações indígenas. Os motivos de Rondon, ao promover uma “guerra” contra os salesianos, seriam seu “sectarismo positivista”, que constituía uma “[intolerável] transgressão dos princípios de liberdade republicana”. Suas críticas às missões revelariam sua imparcialidade, além da “crassa e supina ignorância ou

má fé” (Catechese..., 1912a, p. 1; Catechese..., 1912b, p. 1; Catechese..., 1912d, p. 1, grifos do autor). Como positivista, ele não estaria “à altura da sublime missão” de dirigir o SPI, pois suas convicções ideológicas o impediam de ser imparcial e justo. Sua visão contrariava os ideais de ordem, progresso e o próprio regime republicano, ao defender a integração do índio à sociedade sem que este fosse previamente imbuído da disciplina do trabalho. Por isso, Rondon estava promovendo o “regresso” e a “desordem” (Desordem..., 1912, p. 1). Os editores alegavam que documentos oficiais, entre eles o telegrama de Rondon, teriam sido, de forma oficial ou oficiosamente, tirados do contexto a fim de suprimir os elogios aos salesianos. Os jornais que publicavam críticas aos salesianos foram classificados como má imprensa e, por isso, deveriam ser evitados e combatidos pelos católicos (Catechese..., 1911a, p. 1).

O jornal *A Cruz* promoveu uma campanha sistemática contra Rondon, com o intuito de desqualificá-lo publicamente e enfraquecer sua autoridade diante das missões salesianas. Os editores enfatizavam contradições em seus discursos e atitudes, associando-as ao “espírito venal de seita” do positivismo, além de acusá-lo de manipular informações por meio de mensagens telegráficas supostamente omissas e falsas, ainda que isentas de tarifa. O periódico divulgava testemunhos favoráveis à catequese salesiana, incluindo um abaixo-assinado de moradores que responsabilizavam os agentes do SPI pelas instabilidades na região. Rondon foi acusado de divulgar informações consideradas maliciosas, distorcidas e inconsistentes sobre a participação indígena em cerimônias católicas e sobre o regime de internato, além de silenciar quanto à instrução cívica, da qual teria sido testemunha. Também foi duramente criticado por se opor aos métodos da Igreja e por defender princípios associados ao positivismo, à maçonaria e ao laicismo. Para o jornal, o verdadeiro progresso dos indígenas estaria na salvação cristã, e não em projetos de natureza secular. Dessa forma, acusava-se Rondon de perseguir e caluniar os salesianos com o objetivo de eliminar a catequese religiosa e inviabilizar seu financiamento por fontes públicas e privadas. Essa suposta ofensiva era qualificada como “impatriótica” e incompatível com a imagem de “protetor dos índios” que ele buscava projetar. Por fim, argumentava-se que sua atuação fomentava desordem, vícios e violência entre os indígenas, levando os editores a conclamarem católicos e patriotas a resistirem à influência do positivismo, apresentado como uma “seita inconstitucional oficializada” que ameaçava os valores nacionais (Catechese..., 1911b, p. 1; Catechese..., 1911c, p. 1; Catechese..., 1911d, p. 1-2; Catechese..., 1911e, p. 1-2; Campanha..., 1912, p. 1-2; Catechese..., 1912c, p. 1).

No Rio de Janeiro, os editores da revista *Vozes de Petrópolis* passaram a condenar a imprensa carioca por deturpar os fatos para beneficiar Rondon e o SPI. Francisco de Paula Lacerda de Almeida, presidente do *Centro Catholico do Brazil*, em reportagem reproduzidas em inúmeros jornais, reprovou a conduta de Rondon e denunciava seu “ódio contra a religião católica”, ao disseminar “suspeitas e insinuações” para desestruturar a catequese religiosa, e seu projeto de descristianizar o país, motivado pelo seu programa político maçom e positivista. Almeida criticava Rondon por se opor às missas entre os indígenas, argumentando que, para Rondon, a missa era uma violação da liberdade indígena e algo que a República não deveria tolerar. Segundo Almeida, as missas redimiam e civilizavam os indígenas desde 1500. Ele acusava Rondon de ser um “agressor”, sectário e maçom, que usava sua posição para perseguir o catolicismo, desrespeitando uma religião majoritária no Brasil, além de se beneficiar de recursos públicos sem que o SPI apresentasse resultados positivos. Almeida defendia que o modelo dos Estados Unidos, que confiava aos jesuítas a integração dos indígenas, era mais eficaz e produtivo do que as iniciativas estatais do Brasil (Almeida..., 1912, p. 4).

Carlos Maxilimiliano Pimenta de Laet, católico militante e membro da Academia Brasileira de Letras, defendia que a atuação dos salesianos era incontestável e Malan seria virtuoso, abnegado, benemérito e, portanto, considerava injustas as críticas e acusações. Ao contrapor *Rondon versus Rondon* evidenciava suas incoerências e contradições entre os registros elogiosos e, num telegrama datado de 2 de agosto, aconselhava que os salesianos continuassem atuando entre os indígenas e fazendo jus à admiração da sociedade e do governo (Laet..., 1912, p. 5-6). Nas inspeções “nada achava que censurar, limitando-se a emitir conselhos geraes, que não diz quaes foram” e, posteriormente, o “Rondon imparcial não poudesufocar o Rondon sectário” ao criticar os padres, evidenciando que era contraditório, incoerente, sectário, ambíguo, antirrepublicano e descompromissado com a ciência e com a verdade. Como decorrência, não poderia ser levado a sério (Laet..., 1913a, p. 45, 47-48).

Laet condenava Rondon por subtrair-se do encargo militar, desviando-se da sua função para atuar na política e na causa indígena, por defender o postulado positivista que condenava os exércitos, sendo substituídos pela “mera força de polícia”, e por ser contrário aos “melhoramentos bellicos”. Esses ideais representariam riscos à soberania nacional, à “patria una e indivisível” e favoreceria o “retalhamento dos grandes países em minúsculas republiquetas, quinze na França, e naturalmente umas trezentas e tantas no Brasil”. Ele argumentava que o ministro da Guerra deveria recorrer à repressão para assegurar a unidade nas forças armadas e “acabar com os oficiais philosophantes e cathechistas”, que desviavam as forças militares de suas funções essenciais. Diante disso, advogava que a militância católica deveria ser mais atuante contra o positivismo e o agnosticismo da República. Porém, sua inércia e o acovardamento dos católicos permitiam que suas propostas fossem financiadas e defendidas pela República, que políticos anticlericais atuassem na política, ou assumissem cargos públicos, e que leis contrárias aos interesses da Igreja Católica fossem aprovadas. Segundo Laet (1913a, p. 45, 48), a militância católica iria defender a catequese católica e erradicar o positivismo e a maçonaria no Brasil.

Os argumentos de Laet foram rebatidos pelos editores do jornal *O Paiz*, que endossavam as críticas a Malan e à catequese salesiana (Protecção..., 1913a, p. 2). Laet, por sua vez, criticou os diretores do jornal com o qual colaborava, manifestando discordância em relação às posições defendidas, mas elogiou a tolerância e a lisura com que asseguravam a livre manifestação das ideias e sua independência como escritor. Ao tentar restabelecer a justiça e a verdade histórica, da qual se afastavam, reforçou as suas objeções ao modo como o SPI operava e sua oposição à Igreja Católica. Laet comparava os diretores do SPI ao Marquês de Pombal, que historicamente perseguiu os jesuítas, sugerindo que o órgão perseguia e prejudicava o trabalho religioso, principalmente os salesianos. Argumentava que Miranda e Rondon, ao serem membros da Igreja Positivista, promoviam seu próprio ideal filosófico e, portanto, interferiam na catequese tradicional. Ele acusava o SPI de desperdiçar recursos públicos sem mostrar resultados efetivos. Além disso, Laet considerava que os elogios de Rondon à sua própria atuação não eram fidedignos, considerando-os “buzinadas” irrelevantes, que contrastavam com o relatório do governador de Mato Grosso, considerado uma avaliação mais objetiva e crítica das atividades do SPI. Ele insinuava que o apoio do MAIC ao SPI estava comprometido pela influência maçônica, o que, segundo ele, desqualificava os relatórios. Laet defendia a catequese religiosa como uma prática eficaz, de baixo custo e de grande valor para o país, enquanto via o SPI como um órgão oneroso e improdutivo, que prejudicava o progresso do país (Laet..., 1913b, p. 5).

Na figura 1, a seguir, publicada no jornal *A Cruz*, em 2 de fevereiro de 1913, o enfurecido demônio Rondon, que ostentava no pescoço o compasso, um dos símbolos maçônicos, destrói com uma picareta os alicerces da Igreja Católica e do Brasil, enquanto outras pessoas ficavam indiferentes por desconhecerem suas reais intenções.



Figura 1 – A obra destruidora da proteção aos índios.
Fonte: A obra... (1913, p. 1).

Na gravura, Rondon personificava o mal, o antirrepublicanismo e o anticlericalismo. Era representado como um velho inimigo – o próprio diabo – que se valia dos ideais positivistas, liberais e maçônicos para enganar, promover o caos e a desordem, e destruir o catolicismo, considerado um dos pilares da nacionalidade. Cabia aos católicos esclarecerem, desenganar, mostrar a verdade, revelar o que estava oculto e destruir esse adversário que ameaçava a coletividade brasileira e, por outro lado, apoiar a Igreja Católica e as missões católicas.

A imprensa católica se apresentava como uma voz imparcial, comprometida exclusivamente com a verdade e o esclarecimento da sociedade. Defendia que, ao contrário de outros veículos de comunicação sujeitos a pressões políticas ou econômicas, permanecia isenta de qualquer interesse que não fosse a defesa de valores éticos e morais. Alegava ter como missão promover uma compreensão íntegra dos fatos, corrigir distorções históricas e oferecer ao público uma orientação fundamentada na moralidade cristã. Dessa forma, buscava posicionar-se como uma fonte confiável e íntegra, especialmente em temas de grande relevância social e espiritual, comprometendo-se a proteger a fé e os valores da comunidade contra influências consideradas prejudiciais ou distorcidas. Contudo, a retórica sectária da imprensa católica mascarava os interesses institucionais voltados para a manutenção da presença da Igreja Católica junto às populações indígenas, bem como para a garantia dos recursos governamentais destinados às missões religiosas, além da expansão institucional.

A defesa de Rondon e a reafirmação das suas convicções

Rondon foi apoiado e defendido por diferentes instituições, como a Igreja e Apostolado Positivista, Museu Nacional, Museu Paulista, Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Faculdade Livre de Direito, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, MAIC e SPI.

O objetivo era desmoralizar Malan e os salesianos e combater os métodos e resultados da catequese religiosa.

O ministro Pedro Manuel de Toledo, do MAIC, e o segundo subdiretor do SPI, Manoel Tavares da Costa Miranda, coordenaram a defesa. Toledo solicitou que Rondon redigisse um ofício a ser publicado nos principais jornais do Rio de Janeiro. No documento, Rondon esclarecia que sua intenção era “evitar interpretações e explorações que começam a surgir em torno das minhas palavras”, que haviam sido equivocadamente compreendidas, especialmente no que dizia respeito aos “conceitos”. Ele enfatizou que não havia qualquer contradição em suas declarações e considerou lamentáveis as interpretações feitas por Lacerda de Almeida, pelos deputados católicos e por alguns jornalistas, ressaltando que não nutria “qualquer prevenção contra o catolicismo”. Suas ressalvas em relação à catequese dos padres foram minimizadas e vistas como uma “intervenção amigável”, que tinha como fim melhorar as condições dos índios diante da “precária educação” que recebiam. Rondon esclareceu que não havia contradição nos elogios, pois tinham o objetivo de estimular os religiosos. Assim, não estaria negando seu passado, de “20 e tantos anos pelas selvas”. Ele afirmou que fez uma análise crítica e ponderada sobre a atuação dos salesianos, destacando as “queixas muito amargas” que ouviu sobre a catequese indígena e os deveres dos religiosos, os quais, segundo ele, comprometiam a liberdade, o progresso e a conservação dos povos indígenas. Rondon reafirmou sua postura crítica em relação ao tratamento dado pelos missionários salesianos aos indígenas, especialmente a coerção religiosa, o regime autoritário que prevalecia nas missões e os maus-tratos. Diante disso, cabia ao SPI priorizar o bem-estar dos indígenas e intervir sempre que necessário (Pelos Índios..., 1912, p. 2).

Segundo Rondon, Malan teria se comprometido em demarcar lotes de 6 por 25 metros na colônia Sangradouro, o que ele considerou insuficiente, pois os indígenas nunca teriam posse legal dessas terras, beneficiando apenas os salesianos, e deixando os indígenas indefinidamente dependentes dos padres e das missões, enquanto a legislação assegurava o direito à terra e à assistência econômica e educacional. Rondon reforçou as denúncias de maus-tratos do padre Salveto, acusado de tratar os índios com violência, chegando a castigá-los a pontapés e a supervisioná-los nas roças com uma carabina em punho. Além disso, constatou a presença de armamentos inadequados para um local destinado à paz e fraternidade. Ele argumentou que a atuação dos padres violava princípios éticos e humanitários. Segundo Rondon, os indígenas relataram diversas denúncias e, para tranquilizá-los, afirmou que estavam sob a proteção do Estado e do SPI, comprometendo-se a intervir novamente junto aos padres caso a situação não melhorasse. Ele esclareceu que os elogios dirigidos aos salesianos tinham como objetivo incentivá-los, na expectativa de que as reformas fossem, de fato, implementadas. Por sua vez, Malan patenteou, algumas vezes, “completa subordinação as minhas ponderações”, sendo advertido de que as duas instituições não tinham laços de identificação, embora houvesse solidariedade moral, isto é, o bem-estar do indígena e sua integração à sociedade. Para Rondon, não havia contradição nos elogios que deixou registrados para estimular as reformas dos religiosos e o bem do índio, para que as missões salesianas se tornassem um refúgio (Pelos Índios..., 1912, p. 2).

Mais tarde, Rondon voltou a se manifestar para responder às críticas de Lacerda de Almeida. Ele refutou as acusações, classificando-as como infundadas, incluindo a de que teria recebido verbas ilegais enquanto diretor do SPI, aplicado recursos de forma irregular e conduzido um órgão ineficiente na pacificação e assistência aos indígenas e trabalhadores nacionais. Rondon destacou os avanços alcançados em pouco tempo, como a pacificação de diversas etnias, entre elas os Nhambiquaras, e a melhoria das condições de trabalho por meio da criação de centros agrícolas. Apresentou o SPI como um exemplo

de integridade e eficácia, comprometido com o bem-estar dos indígenas e trabalhadores rurais, em consonância com o ideal republicano de fraternidade. Também refutou as críticas sobre a conduta não republicana dos funcionários do SPI e a alegação de que ele estaria empenhado em descristianizar o Brasil e se opor às missões católicas. Rondon ressaltou que sempre elogiou a catequese jesuítica e tinha grande admiração pela religião católica, valorizada por Auguste Comte em comparação ao protestantismo. Ele defendeu que os indígenas deviam ter liberdade de escolha religiosa e que a “catequese” deveria respeitar a gradualidade cultural, sem imposições abruptas ou abusivas. Como positivista, rejeitava a violência e prezava pela transformação cultural lenta e respeitosa, além de combater os salesianos pela falta de respeito aos princípios constitucionais de liberdade religiosa e proteção dos povos indígenas. Ao reafirmar os ideais positivistas, ressaltou que valorizava a transparência e o respeito às crenças, hábitos e vontades dos indígenas e que rejeitava tanto a maçonaria, por ser uma organização secreta, quanto a imposição religiosa, que via como uma violência cultural. Rondon lamentou que o respeito à autonomia e liberdade de crença não tenham sido compreendidas pelos salesianos. Afirmou também que, no exercício de suas funções como funcionário público, buscava colocar em prática os ideais positivistas. Por fim, sublinhou o seu compromisso com a “liberdade espiritual” e com a imparcialidade fraternal, enfatizando o respeito pelas crenças religiosas para assegurar um governo neutro e não sectário (Serviço..., 1912, p. 2).

O jornal *A Noite* publicou a reportagem intitulada “A catequese dos Salesianos é um verdadeiro escândalo. O que se passa em Matto Grosso”, denunciando práticas controversas dos salesianos, pois distanciava-se do modelo implementado por figuras históricas como Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, priorizando o acúmulo de bens materiais para a congregação em detrimento de sua missão evangelizadora. A matéria relatava que, durante as comemorações de 7 de setembro, o governador de Mato Grosso, Costa Marques, na presença de diversas autoridades, perguntou aos indígenas se estavam “satisfeitos com os brancos”. Em resposta, queixaram-se “amargamente dos salesianos”, declarando: “*trabalhamos muito e não recebemos nada!*”. Para apurar as denúncias, foi entrevistado “F. N.”, coronel da Guarda Nacional, comerciante e dono de várias fazendas em Cuiabá. Ele afirmou que as missões salesianas recebiam subsídios do governo federal, estadual e de particulares, mas os recursos eram desviados. Para sustentar as denúncias, o periódico apresentou fotografias que evidenciavam as condições precárias das habitações indígenas, incompatíveis com os valores recebidos, enquanto os padres residiam em acomodações confortáveis. As críticas contra os salesianos eram amplas, apontando má gestão dos recursos públicos, exploração da mão de obra indígena e falta de resultados concretos em sua missão civilizatória. Argumentos de ordem econômica, social e ética foram usados para fundamentar a oposição às missões, sublinhando o contraste entre as práticas dos padres e seus supostos objetivos de proteger e promover os indígenas (A Catechese..., 1912, p. 1, grifo do autor). As acusações foram debatidas na Câmara dos Deputados, onde o embate ideológico sobre os diferentes modelos de catequese ganhou destaque.

Novas denúncias de “F. N.” foram divulgadas pelo jornal *A Noite*. Ele reiterou que a acumulação de riquezas dos salesianos era sustentada por uma “escravatura disfarçada”. Segundo suas declarações, o processo de pacificação dos indígenas foi alcançado por meio de uma catequese laica, sem a participação dos missionários religiosos. O jornal também publicou uma entrevista com o ex-governador de Mato Grosso, Antonio Cesário de Figueiredo, na qual ele relatou ter dispensado, em 1898, os salesianos da administração da colônia Tereza Cristina, em razão das condições precárias constatadas no local (As Missões..., 1912, p. 1).

Os editores do jornal *O Paiz* criticaram a “imprensa extremamente partidária” e os “defensores oficiosos” dos salesianos que procuravam desprestigiar a pessoa de Rondon alegando que não era apto à função por ser “*persona unius primatis*” [um homem primata]. O objetivo da reportagem era revigorar a confiança pública em Rondon e reafirmar as suas qualidades morais e seu patriotismo. Rondon seria um homem leal, corajoso, franco, generoso, enérgico, firme em suas convicções, que repreendia sem humilhar. Suas qualidades e inteireza moral o habilitavam a dirigir o SPI. Rondon foi retratado como um líder firme, mas magnânimo, que equilibrava censuras com encorajamento, demonstrando confiança e evitando humilhações. Essa postura refletia sua coragem e franqueza, combinada com generosidade e lealdade, reforçando sua reputação de honra e liderança (Serviço..., 1913a, p. 3, grifo nosso).

O mal *versus* o bem: a nova escalada de enfrentamentos

Nesse contexto de disputa pública através da imprensa, Antônio Martins de Macedo Pimentel, livre-docente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e ex-inspetor do SPI de Goiás, publicou uma série de reportagens no *Jornal do Brasil*. Nessas matérias, denunciava a campanha ostensiva da imprensa carioca contra os salesianos, que, segundo ele, tinha como objetivo desviar a atenção pública dos abusos e dos fracassos administrativos do SPI. As acusações foram classificadas como calúnias e falsidades lançadas “aos quatro ventos”, sem a apresentação de provas concretas. Em contraste, ele assegurava possuir evidências sólidas em defesa da eficácia da ação missionária salesiana, incluindo fotografias, dados estatísticos e outros documentos. Na visão de Pimentel, o SPI não passava de um serviço ineficaz e inativo, que desperdiçava enormes quantias de dinheiro público sem beneficiar efetivamente os povos indígenas, produzindo resultados contraproducentes (Serviço..., 1913c, p. 5).

Pimentel também dirigiu críticas severas a Rondon, acusando-o de exibir falso idealismo, patriotismo e heroísmo, e afirmando que o militar se afastara dos deveres castrenses para obter vantagens financeiras em um cargo civil. Segundo ele, Rondon havia “perdido o direito de ser levado a sério”. Entre as críticas, Pimentel questionava a construção de linhas telegráficas com tecnologia obsoleta, quando já existia o radiotelegrafo, apontando que as trilhas abertas foram rapidamente tomadas pela vegetação e que a empreitada custou “milhares” de vidas de trabalhadores, além de consumir vastos recursos públicos. No entendimento de Pimentel, um verdadeiro positivista não aceitaria um cargo civil sem antes se desligar formalmente da carreira militar, considerando incoerente a atitude de Rondon. Para ele, um “militar sincero”, que respeitasse sua farda e suas crenças deveria reformar-se antes de assumir funções civis. Ele denunciava ainda o suposto objetivo dos positivistas de enfraquecer o Exército, propondo que os militares abandonassem suas funções para ocupar empregos “pacífico-industriais”. Outras acusações graves diziam respeito a acontecimentos ocorridos durante a visita de Rondon às missões, em julho de 1911. Segundo o relato, durante uma das noites, Rondon teria tentado aliciar indígenas para se mudarem para uma colônia do SPI, prometendo-lhes brindes como incentivo. Alegava ainda que Rondon teria convidado o “Capitão Perigo a dormir em sua rede”. Pimentel buscava expor as contradições de Rondon, destacando que ele próprio teria condenado a prática de distribuição de brindes aos indígenas. Além disso, insinuava questionamentos sobre sua orientação sexual (Serviço..., 1913c, p. 5). Em outro artigo, Pimentel acusou Rondon e o SPI de disseminarem informações falsas acerca da pacificação dos povos indígenas e da legislação indigenista, ocultando deliberadamente a existência de regulamentações que remontavam a 1570, bem como aquelas implementadas durante o período imperial (Pimentel..., 1912a, p. 5; Pimentel..., 1912b, p. 5).

Pimentel buscava conferir autoridade aos seus argumentos utilizando erudição e informações que destacavam seu amplo conhecimento sobre as etnias indígenas. Ele sustentava suas críticas com relatos, documentos, fotografias, experiências pessoais e estudos científicos. Seu principal objetivo era repudiar Rondon pelas “espetaculosas explorações” e pelas “[explosões cívicas]” ao divulgar na imprensa a pacificação de grupos indígenas que já estavam pacificados, além de ignorar os nomes corretos dos grupos étnicos e sua localização geográfica. Rondon foi acusado de enviar telegramas de locais próximos ao Rio de Janeiro, afirmando que isso fazia parecer que “só há índios a *amansar* ou perto das vistas do governo, ou onde são maiores os interesses do valoroso Coronel” (Pimentel..., 1912b, p. 4-5, grifo do autor). Além disso, publicou um opúsculo onde defendia os salesianos dos “graves e sérios” ataques feitos por Rondon, ressaltando as menções honrosas recebidas pela congregação religiosa (Pimentel..., 1912c, p. 5).

As acusações de Pimentel foram desqualificadas na reportagem *Um Detractor do Sr. Rondon*, publicada no *Diário Oficial* e amplamente reproduzida por outros jornais. O artigo denunciava a “campanha” empreendida pela imprensa carioca contra o SPI e o próprio Rondon, com destaque para o artigo “irritante e injurioso” escrito por Pimentel, descrito como um notório “agressor”. Segundo a reportagem, Pimentel teria sido demitido da inspetoria do SPI em Goiás e processado por “graves desregramentos”, incluindo peculato e falta de prestação de contas dos recursos públicos, crimes pelos quais foi denunciado por seu próprio irmão, Tiburcio Pimentel. Diversos documentos do processo foram divulgados à imprensa, a fim de sustentar que ele carecia de moral e honra, e que suas acusações eram motivadas unicamente por vingança (Um Detractor..., 1912, p. 10).

Em meio às polêmicas, Malan viajou para o Rio de Janeiro, de onde seguiria rumo à Europa. O núncio apostólico, preocupado com sua presença na cidade, tentou intervir para impedir que ele fizesse declarações à imprensa, mas a mensagem não chegou a tempo. Determinado a esclarecer os fatos e defender as missões salesianas, Malan concedeu uma entrevista ao jornal *Correio da Manhã*. Seu objetivo era demonstrar a eficácia da catequese salesiana e desmentir as “inverdades” divulgadas pelo SPI e por Rondon. Sobre as subvenções oficiais recebidas pelas missões, Malan explicou que recebia “quinze contos” anuais e que o Congresso Nacional havia aprovado uma verba de “cinquenta contos por ano”. No entanto, recusou esse valor para evitar a “animosidade” de Rondon. Malan negou qualquer desvio de recursos e considerou caluniosas as acusações de Rondon, que o teria acusado de ser “interesseiro” e de perseguir os indígenas após o governo lhe negar a verba mencionada. Ele ressaltou que o próprio ministro da Agricultura considerava justa a destinação de recursos à Igreja Católica. Quando questionado pelo jornalista sobre o verdadeiro motivo dos ataques que sofria, Malan apontou duas razões principais: a oposição dos missionários às condutas imorais de alguns membros da Comissão Rondon e os interesses políticos de quem desejava controlar a colônia São Lourenço, que era administrada pelo SPI, com o objetivo de lucrar “1\$ por cabeça de índio”, ao se apresentarem como protetores de “milhares de aborígenes”, quando, na verdade, existiam apenas “algumas centenas”. Por fim, acusou Rondon de ser contraditório e manipulador, tentando afastar os indígenas das missões e de mover um processo judicial contra os salesianos, que foi julgado infundado pelos tribunais (D. S. A..., 1913, p. 3).

A entrevista repercutiu no governo, no Congresso Nacional, na imprensa e na sociedade brasileira, acirrando os debates na imprensa. O jornal *A Noite* reiterou as críticas à catequese religiosa e à atuação dos salesianos. A versão dos fatos apresentada por Malan foi contestada por Miranda, que declarou estar “admirado” com a forma como Malan teria

“faltado à verdade publicamente”. Miranda afirmou acreditar que Malan “não tenha dito aquilo” e que se tratava possivelmente de um “engano da reportagem”, que interpretou erroneamente suas declarações. Ele desafiou Malan a confirmar publicamente o que disse ou a retratar-se, atribuindo as declarações a uma má-interpretação do repórter (A Catechese..., 1913a, p. 3).

No dia 14 de abril, Miranda concedeu uma entrevista à imprensa, na qual questionou a atuação das congregações e ordens religiosas entre os indígenas, por receberem verbas governamentais e doações particulares, mas apresentavam resultados pouco expressivos, sendo marcadas mais pela exploração dos indígenas do que por benefícios reais. Miranda acusou o padre Malan de levar à Europa uma banda de música e o indígena Thiago para “exibi-los em feiras, como os ciganos fazem com ursos domesticados”. Destacou ainda a distinção entre os missionários contemporâneos e os que atuaram no período colonial, caracterizando os primeiros como exploradores em contraste com os últimos, que seriam abnegados, altruístas e verdadeiros evangelizadores. Em relação às acusações contra a Comissão Rondon e o SPI, ele as classificou como falsas, ressaltando que Rondon era conhecido por ser de um rigor e moral absolutos (Haverá..., 1913a, p. 3). Para desmoralizar a catequese salesiana, expôs episódios de abuso e desordem que levaram à exoneração dos salesianos, pelo governo de Mato Grosso, da administração da colônia Tereza Cristina, em 1898: a denúncia do cacique Oarinogo contra um padre por assédio à sua esposa. Para defender sua honra teria se vingado com uma “tremenda surra de pão”. Ainda assim, Malan o nomeou para atuar junto aos indígenas, o que evidenciava as tensões entre moralidade, poder e a condução da política missionária (Haverá..., 1913b, p. 4).

Os articulistas do jornal *O Paiz* endossaram as críticas de Miranda aos salesianos. As missões seriam um “atestado de decadência religiosa” das congregações e ordens religiosas estrangeiras que atuavam no país e sua ineficiência para pacificar e integrar os indígenas bravios. Ao contrário dos missionários que atuavam dos séculos XVI ao XVIII, os salesianos não vieram para dilatar a fé, mas para acumular um patrimônio e explorar “a capacidade productiva do indígena”. Sua atuação seria “criminosa” e não estaria prevista na legislação civil nem na eclesiástica. Como estrangeiros que imigram para estabelecer indústrias, deveriam respeitar e submeter-se à legislação existente. Diante disso, denunciava-se o governo brasileiro por tratá-los como beneméritos e por conceder-lhes verbas a título de auxílio à catequese, uma vez que Igreja e Estado estavam separados. Os salesianos foram acusados de serem intolerantes e cometerem excessos, violando a liberdade religiosa dos índios, além de esquecerem de que eram subvencionados pelo Estado e vinham à “praça pública atacar um departamento administrativo”, ou seja, o SPI. Malan foi acusado de formular “accusações improváveis contra um brasileiro da estatura moral do coronel Rondon, cuja capacidade de trabalho, honestidade e abnegação estão acima de qualquer suspeita e consagradas pelo voto unanime da opinião nacional” (Actualidades..., 1913a, p. 2).

O jornal *O Imparcial*, para contestar Manoel Miranda, publicou seis gravuras relativas à catequese dos salesianos entre os Bororos (ver Figura 2), a fim de defender as missões salesianas das críticas. A primeira era a do indígena Thiago Marques Aypoburem, aluno do Ginásio de Cuiabá; a segunda de indígenas cultivando arroz com gado; a terceira do padre Malan; a quarta do “padre Malan abraçando o coronel Rondon”; a quinta das índias da colônia Sagrado Coração lavando roupas; e a sexta das alunas colégio Imaculada Conceição, que era dirigido pelas irmãs salesianas (As Missões..., 1913a, p. 5).



Figura 2 – As missões salesianas entre os bororós.

Fonte: As Missões... (1913a, p. 5).

As gravuras valorizavam a ação missionária dos salesianos e apresentavam os êxitos do processo civilizatório entre os indígenas. Alegava-se que as missões teriam sido criadas para pacificar os indígenas e proteger as linhas telegráficas, que eram ameaçadas pelas “correrias dos bororós”. Por essas razões, eram “considerada[s] pelo governo de Matto Grosso de alta utilidade pública”, sendo beneficiadas com subvenções “de cinco contos de réis, [...] que foi elevada a 15 contos no ano passado”. Os editores contestaram a acusação de explorar a banda de música e o indígena Thiago como meros espetáculos exóticos na Europa, apresentando-os, em vez disso, como símbolos do sucesso educacional e da legitimação do projeto civilizatório (As Missões..., 1913a, p. 5).

A gravura que mais repercutiu na imprensa foi a do abraço, pois insinuava que Rondon e Malan eram amigos íntimos. Os editores do jornal *O Paiz* censuraram as gravuras por retratarem Rondon como um conciliador, simpático e fiel à causa dos padres salesianos, ignorando as divergências ideológicas e os contrastes nos métodos de catequese. As legendas foram ironizadas por conterem imprecisões históricas, como a pacificação da etnia Bororo. Os salesianos foram menosprezados por agirem de forma calculada e interesseira, por desviarem verbas públicas, por atuarem entre indígenas já pacificados e por destacarem o seu protagonismo em detrimento de Rondon e do SPI com o fim de persuadir a opinião pública e as autoridades ao se apropriar da memória nacional. Além disso, utilizavam o trabalho indígena não remunerado como meio de enriquecimento sob o pretexto de civilizar os povos indígenas (Echos..., 1913a, p. 1).

Posteriormente, os editores do jornal *O Imparcial* retomaram a defesa da catequese religiosa ao qualificar os positivistas como antipatrióticos e anticatólicos. Rondon foi acusado de dar início à campanha difamatória contra os salesianos ao divulgar o que ficou conhecido como seu “célebre telegrama grotesco”, amplamente apoiado de forma sistemática pela imprensa, mas sem uma análise crítica adequada. Os editores consideravam impatriótica a mobilização da opinião pública contra os salesianos, que realizavam relevantes serviços ao país, em contraste com os positivistas. A campanha contra os salesianos objetivava

instituir a catequese laica, orientada por interesses materiais e políticos, em detrimento de um compromisso autêntico com a causa indígena. Tal posicionamento afastava Rondon dos princípios positivistas, sobretudo do ideal de altruísmo. As práticas do SPI eram criticadas por sua ineficácia, pois, ao oferecer presentes, fomentavam dependência e comportamentos violentos quando cessado o fornecimento. Em oposição, a atuação salesiana era considerada mais eficiente por ensinar a relação entre trabalho, recompensa e civismo. Apesar disso, sofria com a escassez de recursos frente ao apoio estatal ao SPI. O projeto de lei que vetava subvenções à catequese religiosa foi alvo de críticas quanto à sua inviabilidade jurídica e à tentativa de justificar os investimentos na catequese laica, ignorando a longa e relevante presença da Igreja Católica junto às populações indígenas (As Missões..., 1913b, p. 9).

O jornal católico *A Defesa* publicou uma resposta a Manoel Miranda, criticando-o por expor imagens que oscilavam entre o cômico e a galhofeira, desafiando-o a parar de se lamentar e de consumir álcool para se dedicar à expansão do catolicismo junto aos indígenas (Echos..., 1913b, p. 2). Para os editores de *O Paiz*, o jornal *A Defesa* era um “jornalzinho” sem importância e que se referia a Miranda com escárnio por desmerecer o trabalho realizado pelo SPI e a honra de Rondon. Alegavam que a imprensa católica desconsiderava que a religião era uma escolha pessoal e deveria ser respeitada e que o Brasil era um estado laico, onde Igreja e Estado estavam separados. Os editores justificavam os métodos adotados pelos agentes do SPI no contacto com os indígenas, salientando que estes não ofereciam “bugigangas” nem aguardente, cujo consumo era proibido. Dessa forma, diferenciavam-se dos religiosos, que, segundo eles, distribuía “tiros ou água-benta”. Em contraste, os agentes do SPI forneciam “objetos úteis” e incentivavam a integração dos indígenas como cidadãos produtivos e livres. Essa abordagem opunha-se à alegada exploração e marginalização presentes nas missões salesianas, que se apropriavam do trabalho indígena sem corresponder aos princípios morais que propagavam (Echos..., 1913b, p. 2).

Nesse contexto, Manoel Miranda concedeu uma entrevista ao *Correio da Manhã*, na qual declarou que, sendo positivista, nutria respeito pelo catolicismo, religião à qual Augusto Comte atribuía inúmeros benefícios à humanidade e à civilização. No entanto, destacou que era dever do Estado proteger os indígenas e fiscalizar a catequese religiosa. Segundo ele, as relações com os religiosos eram cordiais e os missionários eram auxiliados pelo governo federal com a concessão de roupas, equipamentos e recursos financeiros. Quando questionado sobre as desavenças entre os salesianos, Miranda afirmou que o conflito com o SPI teria sido provocado por uma emenda orçamentária, datada de 17 de agosto de 1912, apresentada pelo deputado Caetano de Albuquerque à Comissão de Finanças. Como Albuquerque era “inimigo pessoal de Rondon”, a emenda previa a supressão de 200:000\$000 do orçamento do SPI e o repasse de 50:000\$000 de outra verba aos salesianos.⁴ Para refutar a afirmação de Malan de que os salesianos não recebiam recursos do governo federal, foram apresentados documentos que comprovavam diversas subvenções federais, além de um ofício assinado pelo próprio Malan, no qual solicitava equipamentos agrícolas e a isenção de impostos para o transporte desses materiais (A Catechese..., 1913b, p. 3-4).

Miranda recebeu amplo apoio do jornal *O Paiz*, cujos editores consideraram que os serviços prestados pelo SPI e por Rondon mereciam o reconhecimento e os aplausos da sociedade. As críticas de Malan foram vistas como graves e atribuídas à sua intolerância e aos seus posicionamentos “congregacionistas”. O periódico publicou uma Carta Aberta, redigida por Manoel Miranda, em que ele exigia que Malan reiterasse publicamente as acusações ou esclarecesse que se tratavam apenas de uma “simples conversa” com o jornalista, sem ter examinado ou revisado a redação, o que teria distorcido suas declarações.

Miranda classificou os ataques contra o SPI e Rondon como injustos, por sacrificarem a verdade. A oposição dos salesianos ao SPI foi atribuída à fiscalização exercida pelo órgão governamental, que investigava e comprovava, por meio de documentos, diversas denúncias de irregularidades na atuação dos religiosos (Actualidades..., 1913b, p. 2).

Ao tomar conhecimento da partida de Malan para a Europa, em 7 de maio, e diante de seu silêncio, Miranda anunciou a publicação de uma “série de artigos” com o objetivo de “desmascarar” e refutar todas as suas “falsidades e insídias”. Além disso, prometeu expor as “velhacarias”, “insinuações”, “artifícios e artimanhas” usadas para manipular a opinião pública. Ao revelar as ações do “intrujão”, Miranda afirmou que estaria prestando um valioso serviço aos poderes públicos e à sociedade, evitando que continuassem sendo vítimas “incautas” de suas estratégias “ardilosas” (Miranda..., 1913a, p. 2; Miranda..., 1913b, p. 5; Miranda..., 1913c, p. 4). De acordo com Aversa (1912, p. 12), as acusações de Miranda desencadearam novos ataques, passando das “calúnias” à “nova guerra”, que “se arrastou na imprensa por vários dias”.

Em uma série de artigos, reproduzidos em diversos jornais, Miranda defendeu-se das acusações feitas por Malan, que atentavam contra sua honra e a de Rondon, ambos considerados exemplos de abnegação, patriotismo e compromisso republicano. Miranda também desqualificou os métodos e resultados da catequese salesiana, acusando a congregação de ser protegida e aliada de “poderosos”, independentemente de filiações partidárias, além de desviar recursos públicos para beneficiar a congregação religiosa. Essas práticas foram apresentadas como oportunistas, revelando a “ganância”, o “servilismo”, a ingratidão e a covardia dos salesianos. Segundo Miranda, a congregação teria recebido 294:900\$ do Tesouro Nacional, além de isenções fiscais – valores que Malan teria omitido. Ele também acusou os salesianos de atuarem entre os indígenas por interesses puramente materiais, o que lhes teria permitido acumular, em poucos anos, um expressivo patrimônio econômico. Enquanto isso, os indígenas eram submetidos a condições de vida e trabalho desumanas, configurando uma espécie de “escravidão disfarçada”. Ao comparar a catequese salesiana com a atuação do SPI, Miranda destacou a superioridade da abordagem laica, que seria mais eficiente e menos onerosa. Enquanto os salesianos trabalhavam com indígenas já pacificados, o SPI, em poucos anos, teria conseguido pacificar etnias isoladas e hostis, com custos significativamente menores.

Para reforçar sua posição, Miranda desafiou Malan a pacificar os Botocudos, sugerindo que ele, pela primeira vez, enfrentasse diretamente um indígena brasileiro e demonstrasse seu “inexistente apostolado catequístico”, já que, segundo Miranda, Malan nunca teria pacificado “um só índio” no Mato Grosso (Protecção..., 1913b, p. 5). Para sustentar suas acusações, Miranda trouxe à tona documentos sobre um incidente ocorrido em 1903, envolvendo o arcebispo de Cuiabá, D. Carlos Luiz D'Amour, os salesianos e o núncio apostólico Giulio Tonti. O episódio resultou na suspensão, por desobediência à autoridade episcopal, de todos os salesianos que atuavam na cidade. Ao divulgar essas punições, Miranda buscava “profanar” a memória e a reputação de Malan, apresentando-o como um “salesiano desabusado e violento”, um “falso apóstolo, obreiro fraudulento, transfigurado em apóstolo de Christo”, que desprezava as virtudes e a hierarquia eclesiástica. Na visão de Miranda, Malan, como salesiano, era a negação dos princípios e da moral estabelecidos pelo fundador da congregação, Dom Bosco, e demonstrava desrespeito pela dignidade e pela autoridade inerentes ao sacerdócio (Miranda..., 1913c, p. 4).

A polarização entre Rondon e Malan intensificou-se após a publicação, no jornal *A Noite*, do depoimento de Humberto de Oliveira, então inspetor interino do SPI em Mato Grosso. Oliveira relatou que os “conselhos” de Rondon nunca foram aceitos por Malan, que “fingia concordar e dizia-se [pronto] a satisfazer essas observações”. Os indígenas, por sua vez,

procuravam Rondon para queixar-se dos maus tratos e para denunciar que “as roupas que eles vestiam eram só usadas por ocasião de sua visita; mal ele se retirava, os padres despiam-nos, abandonando-os novamente á sua sorte.” Conforme Oliveira, Rondon teria escancarado essa prática diante do padre Malan ao despir alguns indígenas, mostrando que, sob as vestes aparentes, ainda usavam a mesma tanga suja e desgastada utilizada nas lidas das fazendas. Diante disso, teria se convencido de que a catequese salesiana seria uma mistificação e que ele “tinha sido ludibriado na sua boa fé”, pois teria acreditado nas boas intenções dos religiosos e os elogiava, apesar das críticas aos salesianos. Oliveira fez outra grave acusação contra os salesianos. Durante a visita à missão do Sagrado Coração, Rondon teria discursado utilizando “fórmulas positivistas”, momento em que Malan teria colocado “a faca ao peito [...] interpelando bruscamente: — dá ou não dá a subvenção? Rondon disse que não”. Como resultado, “terminou a festa e assim começou a luta entre nós e os salesianos”, quando procuraram instigar os indígenas contra o SPI e Rondon. Segundo Oliveira, os salesianos falavam “Se vocês não nos obedecem, o coronel [virá] com os soldados bater-vos”. Apesar disso, a “força moral” e o “carinho” como Rondon tratava os indígenas fez com que a “perfídia” dos salesianos caísse em descrédito (Catechese..., 1913c, p. 2).

A imprensa católica passou a criticar os editores do jornal *O Paiz*, que, em resposta, publicou uma nota negando ser anticlerical, mas também não se definindo como clerical. Segundo os editores, o jornal não tinha interesse em atacar religiões nem em perseguir seus membros, já que seu compromisso jornalístico era com a franqueza, a sinceridade e a imparcialidade. Embora respeitasse todas as religiões, incluindo o catolicismo – professado pela maioria dos brasileiros –, afirmavam que não se furtariam a comentar fatos e ações da hierarquia eclesiástica, especialmente quando envolvessem irregularidades devidamente comprovadas (Protecção..., 1913a, p. 2).

Em defesa de Rondon, Antônio Martins Vianna Estigarribia, inspetor em Espírito Santo, considerou que o SPI teria obtido melhores resultados que os capuchinhos, que atuavam há 40 anos e teriam pacificado apenas 30 a 40 indígenas (Serviço..., 1913b, p. 5). A imprensa católica desqualificava esses argumentos, considerando-os injustos, sectários, desprovidos de objetividade, dolosos e que desinformavam a opinião pública, pois partiam de defensores da catequese leiga ou dos funcionários do SPI (Indios..., 1913). Laet (1913c, p. 2) voltou a se pronunciar na disputa alegando que a Igreja Católica teria a Cruz onde foi crucificado Jesus Cristo, enquanto o SPI teria a “cruz de graveto”.

Nesse contexto, o núncio apostólico, temia que o governo, sob o pretexto de proteger e tutelar as populações indígenas, instituisse “um serviço completo” regido por legislação civil e penal, excluindo a presença e a participação da Igreja Católica. Aversa (1912a) defendia que o ministro Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda, os funcionários do SPI e Rondon utilizavam “palavras vagas” para demonstrar os progressos da catequese laica, porém estariam se referindo àqueles dos religiosos, mas sem citá-los, revelando a ineficiência do SPI. Ele temia uma “guerra” contra as missões católicas para excluir sua presença entre os indígenas, pois as “regras e leis [...] são fabricadas nas forjas da maçonaria, que está infiltrada no MAIC”. Ao se questionar “O que fazer diante desse cenário?”, sugeriu como solução um “remédio radical para derrubar todo o edifício do SPI”, que seria conferir maior prestígio e autoridade às missões salesianas em Mato Grosso, que considerava “a[s] mais importante[s] e ativa[s] do Brasil, erigindo uma prelazia *nullius* em Registro do Araguaia e fosse nomeado o padre Antônio Malan como bispo, para dar maior prestígio e autoridade, e não como mero administrador apostólico” (Aversa, 1913, p. 17-18, 20-21).

Para cessar a campanha contra Malan e as missões católicas salesianas houve ampla articulação da hierarquia eclesiástica. Aversa se reuniu com o ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, e com políticos católicos a fim de organizar uma contraofensiva e censurar a imprensa. Ele procurou também o senador Antônio Francisco de Azeredo, para que a “indigna campanha cessasse” (Aversa..., 1912b; Aversa..., 1912c). Entre as preocupações do núncio estavam as discussões em torno do projeto de lei do novo Código Civil, pois ele temia tanto a exclusão das missões católicas quanto o fim das verbas públicas à Igreja Católica (Aversa..., 1913, p. 12). Na investida, o salesiano Pedro Massa reuniu-se com os deputados José Bonifácio de Andrade e Afrânio Mello Franco, redator do projeto de lei, a fim de expressar as opiniões do episcopado e buscar apoio e proteção (Massa..., 1913).

As estratégias diplomáticas de Aversa e Massa para controlar a imprensa começaram a surtir efeito a partir de julho de 1913. Com essa medida, os periódicos foram impedidos de expressar opiniões, fossem elas contrárias ou favoráveis. Rondon também foi beneficiado e voltou a ser abordado positivamente durante a Expedição Científica com Theodore Roosevelt (1913-1914) e ao receber um prêmio na Exposição Nacional da Borracha.

As reconfigurações das imagens públicas de Rondon

Desde 1890, Rondon dedicava-se a documentar os desafios, conquistas e superações vivenciados nos sertões brasileiros. No entanto, as críticas persistentes representaram um ponto de inflexão na construção de sua imagem pública, marcando uma mudança significativa na maneira como ele e o SPI passaram a ser percebidos pela opinião pública. A partir de 1912, com o intuito de preservar e fortalecer sua imagem, dedicou-se intensamente à divulgação de seus serviços e feitos por meio de diversos meios: fotografias, filmes, documentários, livros, reportagens, conferências, exposições, exhibições em cinemas e acervos de museus. O objetivo principal era construir uma memória de seus feitos, angariar o apoio da opinião pública. Rondon buscava, portanto, prestar contas à sociedade, reabilitar sua imagem tanto para os contemporâneos quanto para a posteridade. Esses registros tornaram-se um legado para a memória coletiva, contribuindo para fortalecer a sua imagem, apresentar o Brasil aos próprios brasileiros, construir imagens oficiais do país e consolidar a identidade nacional, a ideia de nação e de República. Além disso, ajudaram a despertar o entusiasmo pelos ideais republicanos em uma conjuntura marcada por sucessivas crises de legitimidade.

Um marco importante nesse esforço de construção imagética foi a criação, em 1912, da Seção de Cinematografia e Fotografia da Comissão Rondon. A partir dessa iniciativa, foram produzidos e editados, na coleção *Publicações da Comissão Rondon*, mais de cem títulos (Tacca, 2017, p. 149). As imagens fotográficas e os filmes mudos eram exibidos ao final das conferências e também circulavam em publicações e relatórios oficiais, funcionando como ferramentas de convencimento, prova material das realizações e expressão simbólica do avanço civilizatório. Para Tacca (2017, p. 150), esses recursos visuais atuavam como uma forma de “marketing pessoal” e estratégia de persuasão, visando garantir apoio político e financeiro à continuidade dos trabalhos da Comissão. Eram voltados, sobretudo, à elite urbana, público-chave na formação da opinião pública, buscando alimentar o espírito nacionalista e promover uma etnografia visual orientada por finalidades estratégicas e simbólicas: a ocupação do oeste brasileiro por meio da comunicação via telégrafo e da visualidade proporcionada pela fotografia e pelo cinema. Nesse contexto, a criação e manutenção de arquivos e acervos museográficos tornaram-se parte do programa do SPI, impulsionadas tanto pelos ideais positivistas de organização do conhecimento quanto pela necessidade de difundir imagens positivas das ações do Estado.

O objetivo era duplo: registrar cientificamente o território e suas populações, e, ao mesmo tempo, moldar uma narrativa pública de progresso, ordem e integração nacional, fundamental para a legitimação do projeto republicano e para a consolidação da fronteira oeste como espaço civilizado e produtivo.

Considerações finais

As denúncias de desvio de verbas públicas envolvendo os salesianos, somadas às acusações sobre o tratamento dispensado aos povos indígenas, desencadearam um amplo debate na sociedade. A imprensa passou a desempenhar um papel central nesse processo, ao politizar os acontecimentos e intensificar as disputas ideológicas entre o SPI e a Igreja Católica. A cobertura jornalística, marcada frequentemente pelo anonimato dos autores, alimentava um cenário de embates nos periódicos, tanto os que apoiavam quanto os que criticavam o trabalho de Rondon. Esse anonimato garantia maior liberdade de expressão, ao reduzir o risco de censura ou retaliações. Nesse cenário de disputas, Rondon e o padre Malan passaram a representar projetos antagônicos em relação às políticas de tutela e gestão das populações indígenas. As trajetórias de ambos foram apropriadas de forma estratégica pela imprensa, que, movida por interesses políticos e institucionais, utilizou recursos como a sátira, a ironia e a desqualificação para enfraquecer seus opositores. Além disso, a mídia recorria à exposição crítica, e por vezes mordaz, de aspectos da vida pública e privada desses personagens, como forma de intensificar o embate simbólico e ideológico em torno da questão indígena. Assim, a imprensa não apenas refletia os conflitos da época, mas também se consolidava como um agente ativo na conformação da esfera pública moderna, influenciando a opinião pública, fomentando a mobilização social e moldando representações políticas.

Para os defensores de Rondon, ele era um herói nacional, servidor público exemplar e comprometido, cuja atuação simbolizava a defesa do Estado laico, da República, do SPI e da catequese laica. Já para os setores católicos, Rondon era retratado como a personificação do mal – um inimigo da fé cristã e dos valores tradicionais da sociedade brasileira. As críticas de Rondon às missões salesianas foram consideradas incoerentes e atribuídas ao seu suposto programa político de inspiração maçônica, voltado a incitar o ódio contra a Igreja Católica. Em oposição, Malan encarnava o ideal da catequese religiosa e, embora admirado por seus aliados, era visto pelos críticos de Rondon como uma ameaça à laicidade do Estado e à liberdade dos povos indígenas.

As críticas sistemáticas dirigidas pela imprensa a Rondon, especialmente entre 1911 e 1914, representaram um ponto de inflexão decisivo na construção da sua imagem pública e marcou uma reorientação significativa na política de propaganda oficial. Diante da crescente ofensiva promovida por setores conservadores, Rondon e seus apoiadores intensificaram os esforços midiáticos para salvaguardar a legitimidade dos projetos geoestratégicos do Estado na fronteira oeste, assim como da política indigenista.

Apesar das tentativas de deslegitimação moral e ideológica, Rondon manteve amplo reconhecimento social, e sua imagem – tanto pública quanto privada – funcionou como proteção simbólica não apenas de sua trajetória pessoal, mas também do SPI, da doutrina positivista e do projeto republicano de interiorização da autoridade estatal. Sua atuação foi cuidadosamente promovida, com ênfase nas qualidades morais, cívicas e patrióticas, tornando-o um símbolo central da narrativa de ocupação e integração nacional. Como expressão de progresso e unidade territorial, sua conduta técnica e ética consolidou sua figura como militar exemplar, herói nacional, patriota e agente civilizador das populações indígenas.

Essa construção simbólica não se limitou à imprensa, mas permeou diversos registros oficiais e científicos, que compuseram um vasto repertório destinado a comprovar a eficácia e a importância das expedições lideradas por Rondon, inclusive para a história da ciência no Brasil. A legitimidade atribuída às expedições estatais voltadas à implantação de infraestrutura de comunicações e à pacificação das populações indígenas esteve profundamente articulada à construção simbólica da identidade nacional e à consolidação de uma imagem de Brasil civilizado, moderno e territorialmente integrado.

Rondon consolidou-se como uma figura emblemática do imaginário nacional, sendo reconhecido como herói pela narrativa oficial. Malan, por sua vez, foi elevado ao episcopado como parte da estratégia da Santa Sé para legitimar os métodos adotados pelos salesianos nas missões, fortalecer sua atuação junto aos indígenas, respaldar a política indigenista da Igreja Católica e garantir o acesso ao financiamento público.

Referências

BACELLAR, Carlos Eduardo Gadelha. *200 anos de imprensa no Brasil*. 2008. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Faculdades Integradas Hélio Alonso, Rio de Janeiro, 2008.

BANDEIRA, Alípio. *Antiguidade e atualidade indígenas (catequese e proteção)*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1919.

CASER, Arthur Torres. *O medo do sertão: doenças e ocupação do território na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009.

DIACON, Todd A. *Rondon: o marechal da floresta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *Rondon: a construção do Brasil e a causa indígena*. Brasília, Abravideo, 2009.

GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec: Editora da USP, 1989.

IHERING, Hermann Von. A antropologia do estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. VIII, p. 203-257, 1907.

IHERING, Hermann Von. A questão dos índios do Brasil. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. VIII, p. 112-140, 1911.

KURY, Lorelai; FEDI, Laurent. Rondon e o positivismo: a defesa dos fetichistas. In: KURY, Lorelai; SÁ, Magali Romero. *Rondon inventários do Brasil 1900-1930*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobson Estúdio, 2017. p. 224-251.

KURY, Lorelai; SÁ, Magali Romero. *Rondon inventários do Brasil 1900-1930*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobson Estúdio, 2017.

LASMAR, Denise Portugal. *O acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio: 1890- 1938*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação de Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

LIMA, Nisia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2013.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 110-153.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio*. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”. São Paulo: EDUC, 1988.

MARIN, Jérri Roberto. A criação da prelazia de Registro do Araguaia em 1914: as ofensivas da Santa Sé ao Serviço de Proteção ao Índio. *Revista de História (São Paulo)*, n. 181, a06821, 2022.

MARIN, Jérri Roberto. A Santa Sé e o Serviço de Proteção aos Índios: as disputas entre a Igreja Católica e o Estado pela tutela e gestão das populações indígenas. *Revista História (São Paulo)*, v.40, p. e2021019, 2021.

MONTERO, Paula. A catequese secular de Rondon. In: KURY, Lorelai; SÁ, Magali Romero. *Rondon inventários do Brasil 1900-1930*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobson Estúdio, 2017. p. 196-223.

SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero; LIMA, Nísia Trindade. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 779-810. 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TACCA, Fernando D. Major Thomaz Reis – fotografia e cinematografia da Comissão Rondon. In: KURY, Lorelai; SÁ, Magali Romero. *Rondon inventários do Brasil 1900-1930*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobson Estúdio, 2017. p. 145-168.

Fontes

A Catechese..., 1912. A CATEQUESE dos salesianos é um verdadeiro escândalo. O que se passa em Matto Grosso. *A Noite*, Rio de Janeiro, Ano II, N. 381, 3 out. 1912, p. 1.

A Catechese..., 1913a. A CATECHESE no Brasil – uma entrevista do padre Malan! Uma carta. *A Noite*, Rio de Janeiro, Ano III, N. 543, 12 abr. 1913, p. 3.

A Catechese..., 1913b. A CATECHESE no Brasil: o sr. Manoel Miranda fala-nos dos trabalhos do Serviço de Protecção ao Índio, de que é um dos sub-diretores. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Ano XII, N. 5204, 30 abr. 1913, p. 3-4.

A Obra..., 1913. A OBRA destruidora da protecção aos índios. *A Cruz*, Cuiabá, ano III, n. 112, 2 fev. 1913, p. 1.

A Protecção..., 1912. A PROTECÇÃO aos índios transformada em perseguição aos padres. O inquerito de Palmeiras – a largos traços. *A Cruz*, Cuiabá, ano III, n. 103, 1 dez. 1912, p. 1-2.

Actualidades..., 1913a. ACTUALIDADES. *O Paiz*, Rio de Janeiro, Ano XXVIII, N. 10417, 15 abr. 1913, p. 2.

Actualidades..., 1913b. ACTUALIDADES. *O Paiz*, Rio de Janeiro, Ano XXVIII, n. 10473, 10 jun. 1913, p. 2.

Almeida..., 1912. ALMEIDA, Lacerda de. *O Paiz*, Rio de Janeiro, ano XXVIII, n. 10259, 7 nov. 1912, p. 4.

As Missões..., 1912. AS MISSÕES salesianas continuam a ser atacadas. *A Noite*, Rio de Janeiro, Ano II, N. 418, 15 nov. 1912, p. 1.

As Missões..., 1913a. AS MISSÕES salesianas entre os bororós. *O Imparcial: Diário Ilustrado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Ano II, n. 132, 15 abr. 1913, p. 5.

As Missões..., 1913b. AS MISSÕES salesianas. *O Imparcial: Diário Ilustrado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Ano II, n. 139, 22 abr. 1913, p. 9.

Aversa..., 1912a. Archivio Apostolico Vaticano (AAV.), Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile (A.N.B.), Busta 148, Fascicolo 744. Cartas de Giuseppe Aversa para Raffaele Merry Del Val, 18 ago. 1912; 2 set. 1912, 16 nov. 1912 e 24 nov. 1912. (tradução nossa).

Aversa..., 1912b. AAV., S.S., Anno 1913, Rubrica 17 Fascicolo 5. Carta de Giuseppe Aversa para Raffaele Merry Del Val, 18 ago. 1912 e 2 set. 1912. (tradução nossa).

Aversa..., 1912c. AAV., Indici 1153, A.N.B., Busta 148, Fascicolo 744. Carta de Giuseppe Aversa para Raffaele Merry Del Val, 16 nov. 1912. (tradução nossa).

Aversa..., 1913. AAV., Indice 1289, Congregazione Consitoriale, Positiones (C.C., P.), Cuiabá (Cuiaben) in Brasile 1, dal 1909 a 1921. Erezione della missione salesiana del Matto Grosso in Prelatura nullius. Prot. N. 1772/1913. Carta de Giuseppe Aversa para Raffaele Merry Del Val, 31 ago. 1913, p. 17-18, 20-21. (tradução nossa).

Campanha..., 1912a. CAMPANHA indigna contra a catechese catholica. A protecção aos índios transformada em perseguição aos padres. *A Cruz*, Cuiabá, ano III, n. 102, 24 nov. 1912, p. 1-2.

Catechese..., 1911a. CATECHESE. Noticias espalhadas – Ignorancia ou má fé? – Quem o autor? – Entrevista com o Revmo. Malan – Contra-dicção e má fé – Nosso dever. *A Cruz*, Cuiabá, ano II, n. 44, 8 out. 1911, p. 1.

Catechese..., 1911b. CATECHESE. O telegramma de Rondon – Informes sobre a primeira colonia – Tesoura que mutila? Argumento “ex-silentio” contra o auctor desses informes – O que o Tenente Coronel Rondon escreveu no álbum d’aquella colonia. *A Cruz*, Cuiabá, ano II, n. 45, 15 out. 1911, p. 1.

Catechese..., 1911c. CATECHESE. As irmãs salesianas – Laconismo deploravel – Testemunhos algo reparadores do T.e C.el Rondon – Efficacia da catechese religiosa – Anjos e heroínas. *A Cruz*, Cuiabá, ano II, n. 46, 22 out. 1911, p. 1.

Catechese..., 1911d. CATECHESE. Os irmãos salesianos – Abnegados e benemeritos – Admiraveis colonos – Suas obras gigantescas – Merecem todos gratidão e apoio. *A Cruz*, Cuiabá, ano II, n. 48, 5 nov. 1911, p. 1-2.

Catechese..., 1911e. CATECHESE. O immortal telegramma de Rondon – Ainda uma vez as escolas indigenas – Muito sobre parreiras e pomares, nada sobre ensino civivo – Os retratos de nossos magnates – A bandeira nacional no sertão – Testemunho insuspeito. *A Cruz*, Cuiabá, ano II, n. 51, 26 nov. 1911, p. 1-2.

Catechese..., 1912a. CATECHESE. Uma parte do telegramma de Rondon – Homenagens ás autoridades e educação civica – As congratulações do Diretor Geral dos Índios – Contradicção ou má fé. *A Cruz*, Cuiabá, ano III, n. 59, 21 jan. 1912, p. 1.

Catechese..., 1912b. CATECHESE. Noticias espalhadas – Ignorancia ou má fé? – Quem o autor? – Entrevista com o Revmo. Malan – Contra-dicção e má fé – Nosso dever. *A Cruz*, Cuiabá, ano II, n. 44, 8 out. 1911, p. 1.

Catechese..., 1912c. CATECHESE. Conclusão. *A Cruz*, Cuiabá, ano III, n. 66, 10 mar. 1912, p. 1.

Catechese..., 1912d. CATECHESE. Habitações dos índios – São ellas nas colônias salesianas tal como nas suas proprias aldeias? – Sempre as ommissões – Relativismo oportuno – Contradicção? *A Cruz*, Cuiabá, ano II, n. 47, 29 out. 1911, p. 1-2.

Catechese..., 1913a. CATECHESE. Segue sobre o progresso real dos indios. Positivismo – Internato – Absurdo – Salutares efeitos – Progresso real. *A Cruz*, Cuiabá, ano III, n. 63, 18 fev. 1913, p. 1.

Catechese..., 1913b. CATECHESE. Esperanças e conselhos do Tenente Coronel Rondon. *A Cruz*, Cuiabá, ano III, n. 64, 25 fev. 1913, p. 1.

Catechese..., 1913c. CATEQUESE de indios - 'Peixe não tem marca como boi de padre' – Um inquerito. *A Noite*, Rio de Janeiro, Ano III, n. 617, 7 jul. 1913, p. 2.

Coronel..., 1911. CORONEL Candido Rondon. Manifestação dos matto-grossenses aos desbravadores do sertão do Estado. A sessão solenne na Associação dos Empregados no Commercio. *O Paiz*, Rio de Janeiro, Ano XXVII, N. 9708, 6 maio 1911, p. 3-4.

D. S. A..., 1913. D. S. A catechese no Brasil. O rev.mo padre Antonio Malan concede-nos uma entrevista sobre a acção dos missionários salesianos em Matto Grosso. As campanhas contra as missões. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Ano XII, N. 5186, 12 abr. 1913, p. 3.

Del Val..., 1912. AAV., S.S., Anno 1913, Rubrica 17 Fascicolo 5. Carta de Giuseppe Aversa para Raffaele Merry Del Val, 18 ago. 1912, 2 set. 1912, 16 nov. 1912.

Desordem..., 1912. DESORDEM e regresso. *A Cruz*, Cuiabá, ano III, n. 101, 17 nov. 1912, p. 1.

Dr. Candido..., 1911. DR. CANDIDO Rondon. *A Cruz*, Cuiabá, ano II, n. 36, 13 ago. 1911, p. 1-2.

Echos..., 1913a. ECHOS e factos. *O Paiz*, Rio de Janeiro, Ano XXVIII, n. 10418, 16 abr. 1913, p. 1.

Echos..., 1913b. ECHOS e factos. *O Paiz*, Rio de Janeiro, Ano XXVIII, n. 10466, 3 jun. 1913, p. 2.

Expedição..., 1910. EXPEDIÇÃO heroica: de Cuyaba a Santo Antonio. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, Ano 84, n. 207, 27 fev. 1910, p. 3.

Finanças..., 1910. FINANÇAS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, Ano 84, n. 118, 28 abr. 1910, p. 5.

Haverá..., 1913a. HAVERÁ catechese religiosa? Não, diz-nos o sr. Manoel de Miranda. *A Noite*, Rio de Janeiro, Ano III, N. 544, 14 abr. 1913, p. 3.

Haverá..., 1913b. HAVERÁ catechese religiosa? *A Noite*, Rio de Janeiro, Ano III, N. 549, 19 abr. 1913, p. 4.

Honrosa..., 1911. HONROSA visita. *A Cruz*, Cuiabá, ano II, n. 40, 10 set. 1911, p. 2.

Indios..., 1913. AAV. Indici 1153, A.N.B., Busta 154, Fascicolo 744. Indios de Itambacury. *A Estrela Polar*, Diamantina, 28 set. 1913.

Laet..., 1912. LAETT, Carlos M. Pimenta de. Rondon versus Rondon. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano XXII, n. 312, 7 nov. 1912, p. 5-6.

Laet..., 1913a. LAETT, Carlos M. Pimenta de. Campanha indigna contra a catechese catholica: a proteção aos indios transformada em perseguição aos padres. *Revista Matto-Grosso: sciencias, lettras, artes e varidades*. Cuiabá, Ano. X, n. 2, p. 45-49, fev. 1913.

Laet..., 1913b. LAETT, Carlos M. Pimenta de. Collaboração. Catechese leiga. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 186, 6 jul. 1913, p. 5.

Laet..., 1913c. AAV. Indici 1153, A.N.B., Busta 154, Fascicolo 744. LAET, Carlos de. Microcosmo. *A Imprensa*, João Pessoa, ano X, n. 455, 21 jul. 1913, p. 2.

Malan..., 1912. AAV. Indici 1153, A.N.B., Busta 148, Fascicolo 744. Carta de Antonio Malan para Giuseppe Aversa, 18 abr. 1912.

Massa..., 1913. AAV., Indici 1153, A.N.B., Busta 148, Fascicolo 744. Carta de Pedro Massa para Giuseppe Aversa, 6 nov. 1913.

Miranda..., 1913a. MIRANDA, Manoel. As falsidades e insídias do padre Antônio Malan. *A Noite*, Rio de Janeiro, ano III, n. 564, 7 maio 1913, p. 2.

Miranda..., 1913b. MIRANDA, Manoel. As falsidades e insídias do padre Antonio Malan. *O Paiz*, Rio de Janeiro, Ano XXVIII, n. 10440, 8 maio 1913, p. 5.

Miranda..., 1913c. MIRANDA, Manoel. As falsidades e insídias do padre salesiano Antonio Malan. *O Paiz*, Rio de Janeiro, Ano XXVIII, n. 10472, 9 jun. 1913, p. 4.

Notas..., 1911a. NOTAS. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, Ano. XI, n. 3646, 12 jul. 1911, p. 5.

Notas..., 1911b. NOTAS. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, Ano. XI, n. 3705, 9 set. 1911, p. 1.

Pelos Indios..., 1912. PELOS INDIOS. O coronel Rondon e a missão salesiana de Matto Grosso. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, Ano. XII, n. 5027, 5 nov. 1912, p. 2.

Pimentel..., 1912a. PIMENTEL, Antonio M. A., Serviço de Protecção aos Indios. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano XXII, n. 326, 21 nov. 1912, p. 5.

Pimentel..., 1912b. PIMENTEL, Antonio M. A., Serviço de Protecção aos Indios III. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano XXII, n. 331, 26 nov. 1912, p. 4-5.

Pimentel..., 1912c. PIMENTEL, Antonio M. A., Serviço de Protecção aos Indios IV. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano XXII, n. 333, 28 nov. 1912, p. 5.

Problema..., 1912. PROBLEMA nacional. *O Paiz*, Rio de Janeiro, Ano XXVIII, n. 10193, 2 set. 1912, p. 1.

Protecção..., 1913a. PROTECÇÃO aos indios. *O Paiz*, Rio de Janeiro, Ano XXVIII, n. 10496, 3 jul. 1913, p. 2.

Protecção..., 1913b. PROTECÇÃO aos indios. A acção do Sr. Manoel Miranda em Santa Catharina. *O Paiz*, Rio de Janeiro, Ano XXVIII, n. 10581, 26 set. 1913, p. 7.

Serviço..., 1912. SERVIÇO de Protecção aos Indios e o coronel Rondon. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, Ano. XII, n. 5033, 11 nov. 1912, p. 2.

Serviço..., 1913a. SERVIÇO de Protecção aos Indios. *O Paiz*, Rio de Janeiro, Ano XXVIII, n. 10257, 5 nov. 1912, p. 3.

Serviço..., 1913b. SERVIÇO de Protecção aos Indios. Uma carta do inspector do Espirito Santo. *O Imparcial: Diario Illustrado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Ano II, n. 132, 18 set. 1913, p. 5.

Serviço..., 1913c. SERVIÇO de Protecção aos Indios IV. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano XXII, n. 333, 28 nov. 1912, p. 5.

Um Detractor..., 1912. UM DETRACTOR do Sr. Rondon, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 86, 330, 26 nov. 1912, p. 10.

Uma Mystificação..., 1912. UMA MYSTIFICAÇÃO. Um documento eloquente. Destino dos dinheiros publicos, ilegalmente concedidos aos salesianos, sob o pretexto de catechese – como se exploram os indios – Padres fazem fogo, em vez de caridade. *O Paiz*, Rio de Janeiro, Ano XXVIII, N. 10245, 24 out. 1912, p. 3.

Varias..., 1911. VARIAS noticias. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, Ano 85, n. 207, 27 jul. 1911, p. 5.

Notas

¹ Os positivistas, por sua vez, vinculavam o projeto de catequese laica à memória de figuras como José Bonifácio de Andrada e Silva e Gonçalves Dias.

² A ação missionária dos salesianos tinha como objetivo central a cristianização dos indígenas, promovendo a assimilação da moral cristã, a valorização do trabalho, o civismo e a capacitação para atividades agrícolas, com vistas à formação de sujeitos considerados úteis à nação. A proposta estava centrada na igreja, na escola, nas instituições assistenciais no ensino profissionalizante. As missões seriam “um espaço de transição relativamente isolado do colono e autônomo em relação ao estado, de modo a evitar o que os padres percebiam como a ‘degradação’ do índio pelo contato” (Montero, 2017, p. 215). Para Montero (2017, p. 2010), a criação do SPI “pode ser considerada um golpe no privilégio da Igreja Católica como agente mediador entre os grupos indígenas e os governos dos estados. Sobre as percepções da Santa Sé em relação ao SPI, consultar Marin (2021; 2022).

³ Uma das intenções do indigenismo positivista era “evitar que os indígenas ingressassem no estado metafísico, o mais criticado por Auguste Comte”, passando diretamente para o estado positivo. Uma das vantagens é que muitos não teriam sido “contaminados’ pelo teologismo, ou seja, estariam próximos de um estado de infância da humanidade”, sendo que os “dois extremos assemelhavam-se” (Kury; Fedi, 2017, p. 238-239). A concepção positivista de *ciência utilitária* aplicava-se à agricultura e à gestão da mão de obra. Levar a ciência ao campo seria a “única forma de levar o Brasil ao progresso e à civilização”, racionalizando a atividade pela ação estatal, que promoveria a diversificação agrícola, a modernização das técnicas de plantação e de uma educação voltada para o campo a fim de desenvolver as potencialidades do meio rural do país e incorporar suas populações à nação e à vida cívica. Os positivistas defendiam a ideia de transitoriedade do índio, pois acreditavam no processo evolutivo, que obedecia a leis inexoráveis. Para superar o estágio de homem primitivo, deveriam ser educados e “[atraídos] para o trabalho por meio da educação técnica e do exemplo” a fim de transformá-los num trabalhador nacional (Kury; Fedi, 2017, p. 237-238).

⁴ O projeto não foi aprovado, pois foi interpretado como uma manobra capciosa para desorganizar o SPI e devido à percepção de que os salesianos eram parasitas e ineficientes, já que não tinham a intenção de emancipar os indígenas (Problema..., 1912, p. 1).

Jérri Roberto Marin é Professor Titular de História do Brasil da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Assis), Pós-doutorado pela Università Degli Studi di Roma *La Sapienza*.

Declaração de financiamento:

A pesquisa que resultou neste artigo contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, chamada nº 26/2021 – Apoio à Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação: Bolsas no Exterior.

Declaração de disponibilidade de dados:

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Editoras-chefe: **Ana Carolina de Carvalho Viotti**
Karina Anhezini de Araujo

Editor Associado: **Virgínia Célia Camilotti**

Submissão: 11/03/2025

Aceite: 01/09/2025